



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201982000901	Distribuição: 04/07/2019
Número Único: 0000899-54.2019.8.25.0068	Competência: Ribeirópolis
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Seguro

Dados das Partes

Requerente: JOSE SOUSA SANTOS
Endereço: CONJUNTO JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: RIBEIROPOLIS - Estado: SE - CEP: 49530000
Advogado(a): PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA 7333/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: (5º Andar)
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982000901

DATA:

04/07/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201982000901, referente ao protocolo nº 20190704145903796, do dia 04/07/2019, às 14h59min, denominado Procedimento Comum, de Seguro.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de Ribeirópolis – Estado de Sergipe.

JOSÉ SOUSA SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG 1.184.784 2ª via SSP/SE e CPF 652.795.065-91, residente e domiciliado no Conjunto Francisco Nascimento, s/n, centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530-000, por intermédio de seu procurador e advogado que esta subscreve com forme instrumento procuratório em anexo, com incomensurável respeito e acatamento à honrosa e digna presença de Vossa Excelência vem requerer:

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT

Em face da **Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74 12º andar, centro Rio de Janeiro/RG, CEP 20031-205, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria pelas razões adiante expostas:



**PRELIMINARMENTE
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O autor não tem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, razão pela qual pleiteia o benefício da justiça gratuita com fundamento no artigo 98 do Código de Processo Civil, uma vez que recebe benefício previdenciário no valor de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), conforme documento anexo..

DOS FATOS E DO DIREITO

Na data de 14 de março de 2017, por volta das 08h00min, o autor sofreu um grave acidente de trânsito que lhe causou fratura de clavícula esquerda (fratura de ombro esquerdo) – CID10-S42.0.

Resultando assim invalidez que lhe acometeu lesão de funcionalidade do ombro esquerdo, implicando dificuldade de mobilidade no local. Das sequelas, ficou acometido com desvio angular e perda na redução da luxação acrômio clavicular. Tudo em conformidade com a documentação ora acostada.

Submetido a tratamento conservador, segundo relatório médico ora acostado, o autor requereu junto à empresa requerida o pagamento do seguro DPVAT, visto que sua condição enquadra-se nas situações previstas nas hipóteses de concessão do pagamento deste seguro, conforme Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09.

Após o envio de toda a documentação necessária, foi instaurado o processo administrativo – Sinistro nº. 3180396311, resultando assim no pagamento de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) correspondentes a indenização, conforme documento ora exibido.

Destarte, ante o pagamento parcial de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) resta provado que a seguradora



reconheceu a invalidez do autor. Caso contrário, não teria disponibilizado a importância anteriormente citada e creditado na conta bancária em nome do autor.

Restando assim evidente a confissão extrajudicial da requerida, haja vista possuir a mesma eficácia de prova técnica.

Havendo o reconhecimento da invalidez, comprovada com os documentos anexos e com a confissão extrajudicial da requerida quando realizou o pagamento parcial administrativamente, cabe nesse momento avaliar o grau da invalidez diante a lesão sofrida pelo autor decorrente do acidente automobilístico.

A Lei 6.194/74, com alteração da Lei 11.945/09 regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito

Ademais, é preciso destacar que a medida provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009, regulou a graduação de invalidez da vítima de acidente de trânsito passando o artigo 3º, parágrafo primeiro, incisos I e II dizer:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). **(grifo nosso)**.

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). **(grifo nosso)**.

Pela narrativa fática, o autor sofreu uma fratura do ombro esquerdo – CID10-S42.0, adquirindo uma sequela de natureza permanente parcial e completa, enquadrando-se na tabela com o grau de invalidez em 25% (vinte e cinco por cento).

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos

Com o grau da sequela apresentado, resta analisar o valor realmente devido ao autor.



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

No processo administrativo junto à requerida o autor recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) quando deveria ter recebido a quantia de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), pela seguinte razão de cálculo:

$$\text{R\$ } 13.500,00 \times 25\% = \text{R\$ } 3.375,00,$$

(aplicação art. 3º, § 1º, **inciso I**, Lei 11.945/09).

Assim, como o autor já recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta receber a título de complementação da indenização do seguro DPVAT a quantia **de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SENEJA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 1368795 MT 2010/0203961-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 12/04/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/04/2011).

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. A atual interpretação da Lei n. 6.194/74 é feita através da redação da Lei n. 11.482/07, que, em seu art. 3º, inc. II, alterou a legislação anterior ao fixar, para o caso de invalidez permanente, a indenização em R\$ 13.500,00, possibilitando o pagamento proporcional ao grau de invalidez. No caso, o médico perito que



firma o Auto de Exame de Corpo de Delito (fl. 17) atesta invalidez permanente parcial completa, com perda funcional completa de um dos membros superiores, o que autoriza o pagamento do percentual de 70% a título de indenização. Situação em que a ré não comprovou, efetivamente, que as lesões demandavam percentual menor de indenização. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004450219, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Julgado em 24/07/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004450219 RS, Relator: Roberto Behrendorf Gomes da Silva, Data de Julgamento: 24/07/2013, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/07/2013).

JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS. SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR. GRAU AVANÇADO. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À LESÃO SOFRIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. EVENTO DANOSO. 1. O recebimento parcial da indenização não importa em renúncia se esta não for expressa e não revelar circunstâncias que demonstrem consciência e liberdade. 2. Aplica-se o percentual de 70% do valor máximo da cobertura securitária - previsto no art. 3º da Lei 6.194/74 - para o caso de perda anatômica e/ou funcional permanente de um dos membros inferiores em grau avançado. 3. "Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso" (AgRg no AREsp 46024/PR). 4. Recurso conhecido e não provido. 5. Condeno o recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da condenação. 6. Acórdão lavrado nos termos nos termos do art.



46 da Lei 9.099/95. (TJ-DF - ACJ: 20140910023213 DF 0002321-24.2014.8.07.0009, Relator: EDI MARIA COUTINHO BIZZI, Data de Julgamento: 29/07/2014, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 01/08/2014 . Pág.: 368).

Acidentária – Servente de limpeza – Coluna lombar – Membros superiores (ombros, cotovelos punhos e dedos) - membros inferiores (joelho direito, tornozelos e pés) - Laudo pericial conclusivo no sentido da ausência de incapacidade laboral - Renovação da prova pericial – Realização de exames complementares - Conversão do julgamento em diligência desnecessário - Improcedência do pedido – Sentença mantida. (TJ-SP - APL: 10189543020148260053 SP 1018954-30.2014.8.26.0053, Relator: João Antunes dos Santos Neto, Data de Julgamento: 15/09/2015, 16ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 18/09/2015).

Portanto, restando provado mediante documentação ora exibida, informando a invalidez sofrida, consoante se depreende dos documentos ora acostados, a seguradora disponibilizou ao requerente o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), quando deveria ter pago a importância de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Portanto, **resta pagar ao autor o valor complementar do seguro obrigatório que corresponde a R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título complementação de seguro obrigatório – DPVAT.**

No tocante aos juros de mora, estes são devidos a contar da citação e fluirão à taxa de 1% ao mês, conforme artigos 405 e 406 do Código Civil e Súmula nº 426 do STJ: “*Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação*”.

Quanto à correção monetária, segundo a súmula 580 do STJ “a correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez,



prevista no parágrafo 7º do artigo 5º da Lei 6.194/74, redação dada pela Lei 11.482/07, incide desde a data do evento danoso”.

DO PEDIDO

Assim ante o exposto requer a Vossa Excelência:

A citação da empresa requerida no endereço declinado no preâmbulo desta para querendo contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

A procedência total da presente ação, condenando a requerida a pagar ao autor a importância de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a título de complementação de seguro obrigatório – DPVAT, a ser corrigido monetariamente a partir do evento danoso, conforme súmula 580 do STJ, com base no INPC, e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a partir da data de citação, nos termos da Súmula nº. 426 do STJ;

O benefício da justiça gratuita nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, por ser o requerente pobre e não poder arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem o comprometimento do sustento próprio e de sua família;

O autor não tem interesse na realização da audiência de conciliação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas permitidos em Direito, em especial prova documental, testemunhal e depoimento pessoal do Autor.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

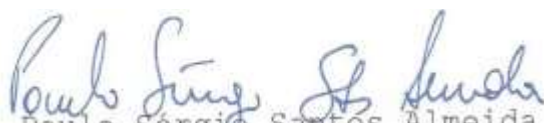
Nestes Termos

Pede Deferimento.



ALMEIDA & RABELO

ADVOGADOS ASSOCIADOS


Paulo Sérgio Santos Almeida

OAB/SE 7333



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: *José Sousa Santos, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do CPF 652.745.065-91, residente e domiciliado no conjunto Francisco Nascimento, 211, Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530-000.*

OUTORGADO: PAULO SÉRGIO SANTOS ALMEIDA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-SE 7333, portador do CPF 030.763.365-92, com endereço profissional à Avenida Leandro Maciel, 859, Ribeirópolis/SE.

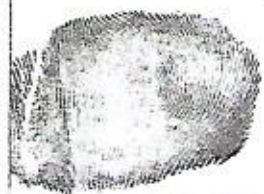
PODERES: Pelo presente instrumento de procuração, o(a) outorgante sub firmado, constitui seus procuradores conferindo-lhes todos os poderes em direito permitidos, inclusive os contidos na cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", bem como os enumerados na parte final do artigo 105 do Código de Processo Civil para o foro em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, ou fora destes, na assinatura de contratos e/ou distrato, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, defende-los (nas) contrárias, seguindo umas as outras até a final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, praticando todos os demais atos judiciais que se fizerem necessários, tais como transigir, desistir, variar de ações, alegar, recorrer de despachos, sentenças e acórdãos, inclusive, receber qualquer quantia em dinheiro ou cheque, assinar recibos, dar quitação geral e irreversível, requerer alvará substabelecer, com ou sem reserva de poderes, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especialmente para requerer

ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

POSTO DE IDENTIFICAÇÃO - RIBEIROPOLIS-SE



NAO ASSINOU P/MOTIVO DE SAUDE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Completa

REGISTRO GERAL 1.184.794

2.ª VIA

DATA DE EXPIRAÇÃO

05/11/2016

NOME

JOSE SOUSA SANTOS

FILIAÇÃO

PEDRO JOSE DOS SANTOS

MARIA DE SOUSA SANTOS

NATURALIDADE

RIBEIROPOLIS-SE

DATA DE NASCIMENTO

27/08/1973

DOC ORIGEM

CT. NASCIM.

11032001551973100036225004088208

CPA CART. 2 OF. DIST. COM. RIBEIROPOLIS-SE

652.795.065-91



ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

L 18 ED

PL 272

Identificação do Filiado

NIT: 127.44990.25-8

CPF: 652.795.065-91

Data de Nascimento: 27/08/1973

Nome: JOSE SOUZA SANTOS

Nome da mãe: MARIA DE SOUSA SANTOS

Compet. Inicial: 05/2019

Compet. Final: 06/2019

Créditos do Benefício

NB: 6277915901

Espécie: 36 - AUXILIO ACIDENTE PREVIDENCIARIO

APS: 22001020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL ARACAJU - SIQUEIRA CAMPOS

Data de Início do Benefício (DIB): 02/02/2019

Data de Cessação do Benefício (DCB):

Data de Início do Pagamento (DIP): 02/02/2019

MR: R\$ 499,00

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2019	01/05/2019 a 31/05/2019	R\$ 499,00	CMG - CARTAO MAGNETICO	Pago	07/06/2019	17/06/2019	Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 559906 - BAR E LANCH DO VALENTINO-BRAD EXPRESSO Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/05/2019 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 07/06/2019 Fim: 31/07/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 499,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,93

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2019	01/06/2019 a 30/06/2019	R\$ 499,00	CMG - CARTAO MAGNETICO		05/07/2019		Não	Sim

Banco: 237 - BRADESCO OP: 559906 - BAR E LANCH DO VALENTINO-BRAD EXPRESSO Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 08/06/2019 Origem: Geração de créditos mensais. Validade Início: 05/07/2019 Fim: 30/08/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R\$ 499,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R\$ 0,93



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIBEIRÓPOLIS

RUA RUI BARBOSA, CENTRO FONE:() 3449-1349

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06583.0-000263

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIBEIRÓPOLIS

Endereço: RUA RUI BARBOSA, CENTRO FONE:() 3449-1349

FATO

Data e Hora do Fato: 14/03/2017 - 08:00 até 14/03/2017 - 08:00

Endereço: RODOVIA ESTADUAL QUE LIGA A CIDADE DE RIBEIRÓPOLIS AO POVOADO SERRA DO MACHADO Número: Complemento: CEP: 49530-000

Bairro: CENTRO Cidade: RIBEIROPOLIS - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE RIBEIRÓPOLIS

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: NENHUM

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: ANTONIO FRANCISCO DE MENEZES NETO

Nome do pai: BENTO FRANCISCO DE MENEZES Nome da mãe: MARIA FERREIRA MENEZES

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 2460165 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: ITABAIANA Data de nascimento: 03/06/1952 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: PRAÇA FREI JOSÉ Número: 765 Complemento: CASA

CEP: 49.530-000 Bairro: CENTRO Cidade: RIBEIROPOLIS UF: SE

Proximidades: a IGREJA Telefone: 9848-2255

HISTÓRICO

Relata o noticiante que na manhã de 14/03/2017, por volta das 08:00, conduzia sua motocicleta JTA/suzuki intruder 125, de cor vermelha, placa IAE-3994, chassi 9CDNF41AJ8M059257, quando na saída da cidade deu carona a JOSE SOUSA SANTOS, RG 1.184.794 SSP/SE, CPF 652.795.065-91. QUE JOSE SOUSA SANTOS estava em seu sítio e estava levando-o na casa dele, QUE passou por um buraco, se desequilibraram e caíram. QUE não teve nada mas seu amigo JOSE SOUSA SANTOS, quebrou a clavícula, precisou de atendimento médico e foi levado para o Hospital da cidade de Lagarto, posteriormente foi transferido para o Hospital Regional de Itabaiana onde passou por uma cirurgia no ombro. Registra o fato para possibilitar o recebimento do seguro DPVAT.

Data e hora da comunicação: 27/04/2018 às 11:41

Última Alteração: 27/04/2018 às 11:41.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação autoritária, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

x *Antonio Francisco de Menezes Neto*
ANTONIO FRANCISCO DE MENEZES NETO
Responsável pela comunicação

Andre Luiz Bastos Nery
Andre Luiz Bastos Nery
Responsável pelo preenchimento

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATENDIMENTO

Eu, JOSE SOUSA SANTOS, portador(a) da
carteira de identidade nº 2.184.794 SSP/SE e inscrito no CPF/MF
sob o nº 652.795.065-91, residente e domiciliado na
RIOQUIA DO RIO PAES-MENDINHA Nº 349, cidade RIBEIRÓPOLIS,
Estado SERGIPE, declaro sob as penas da lei, que estou
impossibilitado de apresentar Comprovação do Ato Declaratório, para fins de
requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez
que:

Bairro: RES. ALAMEDA DAS UNAS

☒ Fui socorrido por populares

☐ Os órgãos expedidores da referida declaração, não prestam esse tipo de
atendimento na cidade onde resido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro
DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por
veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o,
prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do
comprovante de Ato Declaratório, concordando em prestar quaisquer
esclarecimentos que justifiquem a ausência da referida declaração.

Declaro ainda estar ciente de que a continuidade com a análise, sem a
comprovação, não é garantia para liquidação do processo, onde me coloca a
disposição para realizações de perícias pela Seguradora Lider para uma
indenização justa das lesões que permaneceram devido ao acidente.

RIBEIRÓPOLIS - SERGIPE 29 DE AGOSTO DE 2018

Local e Data



Aracy - por Brizolani da Silva

Assinatura

Serviços

- * Laboratório
- * Scan Duplex
- * Citologia
- * Colposcopia
- * Ultrassonografia
- * ECG
- * M.A.P.A.
- * Exame / próstata
- * Biópsia
- * Cauterização
- * Holter
- * Ecocardiograma

Especialidades

- * Clínico geral
- * Pediatria
- * Urologista
- * Ginecologista
- * Cardiologista
- * Dermatologista
- * Angiologista
- * Ortopedista
- * Nutricionista
- * Otorrinolaringologia
- * Medicina do Trabalho
- * Endocrinologista
- * Mastologista
- * Oftalmologista

Convênios

- * IPES
- * PLAMED
- * CAMED
- * CASSE
- * CASSI
- * CAIXA
- * BRADESCO
- * DESO
- * CAPSAÚDE
- * PREVMED
- * ASSEM
- * CORREIOS



Clínica e Laboratório

Soliclin

Cuidando da sua Saúde

Roberto Ribeiro

*O Sr. José Sérgio Santos
(RG N. 184.794-SE), informo
a morte do Sr. Carlos E.,
seu filho menor
(No dia 14/03/17), Estado
de Alta definitiva
(CID: 542.0)*

Ribeirão Preto: 16/05/18

*Dr. Leopoldo Sanches Barreto
Ortopedia - Traumatologia
CRMSE 1631*

soliclin.clinica@yahoo.com.br

Filial

Avenida Engenheiro Carlos Reis, 0071
Frei Paulo/SE (Em frente ao Hospital)
Fone: (79) 90057-0801

Matriz

Rua Antônio Mendonça, 234 - Ribeirãopolis/SE
(antiga farmácia de Régis) CEP.: 49.530-000
Fones: (79) 3449-1400 / 99647-4442

Filial

Avenida Aroaldo Chagas, S/N Centro
Carira/SE (Em frente ao Hospital)
Fone: (79) 96132-6730 / 99647-4695



Dr. Adelino Carvalho Neto
CREMESP 161
ORTOPEDISTA - TRAUMATOLOGISTA

RELATÓRIO MÉDICO PERICIAL
(SOLICITAÇÃO SEGURO D.P.V.A.T.)

Decorrente de acidente de trânsito em 14/03/2017

JOSÉ SOUSA SANTOS, devido a um trauma de alta energia, sofreu traumatismo da clavícula esquerda com grande desvio de fragmentos CID10-S42.0.

Tratado na clínica ortopédica por via cirúrgica e fisioterápica.

Houve agravamento das lesões durante o tratamento já concluído com prejuízo para a integridade física do paciente.

Das sequelas:- Consolidação viciosa com desvio angular com perda da redução da luxação acrômio clavicular.

Aracaju, 11 de junho de 2018

Adelino Carvalho Neto – Médico Perito

Adelino Carvalho Neto
Dr. Adelino Carvalho Neto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 161 TEOT 1368

MS/DATASUS

HOSPITAL REGIONAL DE LAGARTO

No. DO BE: 389816
CNS:DATA: 14/03/2017 HORA: 10:30 USUARIO: RMENEZES
SETOR: 01 - CLASSIFICACAO DE RISCO

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME: JOSE SOUSA SANTOS
 IDADE: 43 ANOS NASC: 27/08/1973 SEXO: MASCULINO
 ENDereco: ROD PEDRO PAES MENDONCA NUMERO:
 COMPLEMENTO: CASA BAIRRO: CENTRO
 MUNICIPIO: RIBEIROPOLIS UF: SE CEP: -
 NOME PAI/MAE: PEDRO JOSE DOS SANTOS /MARIA DE SOUSA SANTOS
 RESPONSAVEL: O PROPRIO TEL: -
 PROCEDENCIA: LAGARTO
 ATENDIMENTO: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
 CASO POLICIAL: NAO PLANO DE SAUDE: NAO TRAUMA: NAO
 ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [X] mmHg PULSO: [] TEMP.: []

 EXAMES COMPLEMENTARES: [X] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
 [] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [X] NAO

DADOS CLINICOS:

Queixa de dor tipo de trauma no
 braço e, cl de + eferm +
 de sim. Refere Trauma e dor

DIAGNOSTICO: Fratura do braço CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

Rx: Omeprazol 40 mg - 1x ao dia

1x ao dia

At. Analgesia

Evolução M +

DATA DA SAIDA: 14/3/17

ALTA: [X] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA DA SAIDA: 11:00

[] DESISTENCIA

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

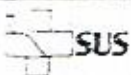
OBITO: [] ATÉ 48HS [] APÓS 48HS

[] FAMILIA

EML [] ANAT. PAT

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

10 - RAÇA/COR

11 - ETNIA

12 - NOME DA MÃE

DDD

13 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

14 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDD

15 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

16 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

17 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

18 - CDD. IBGE MUNICÍPIO

19 - UF

20 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

21 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

DM e hipertensão (trabalho
bom)

22 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

1. Gênero feminino

23 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame físico normal e refeito
diagnóstico clínico

24 - CID 10 PRINCIPAL

592.0

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Exame físico

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

04.2.8.2/0150

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

() CNS

() CPF

32 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

154 15/12/25 34

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Dr. Roberto de Jesus

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - CNPJ DA SEGURADORA

38 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

39 - CNPJ EMPRESA

40 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

41 - Nº DO BILHETE

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - CDD. ORGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS

() CPF

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

**EVOLUÇÃO
ENFERMAGEM**

HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Fundação
Hospital de Saúde

UNIDADE HOSPITALAR

Hospital Dr. Pedro Garcia Moreno Filho

SETOR

cirurgico

LEITO

E 3

PACIENTE

José Siqueira Santos

DATA

SEXO

RES

DATA

HORA

EVOLUÇÃO

T P R PA Glicem

28/03/17

8:37

Paciente admitido neste setor
procedente de sua residência.

90

para realizar com diagnóstico
fratura de clavícula esquerda

60

negativa a alguns medicamentos
na hipotensão e diabetes

dada zero desde os 15 anos de
idade o peso 60 kg.

Paciente admitido no C.C. de ambulatório,
consciente, orientado, respo-

lizante, afim de submeter-se
a ato cirurgico de fratura de

clavícula esquerda do lado
de laço. Pte na 30 posi-

tionado, funcionando AV.P em
MSD. As 10:15 dado início

84

132 SpO2 99

ao ato anestésico sedação
leve após intubação com

ROTH. 7.0 mm sem anomalia-
dades no círculo de

circulação. As 10:45 dado início
cirurgico pte em decúbito

dorsal, monitorizado, intubado,
placa dispersiva. Cirurgia

transcorrendo sem anomalia-
dades. As 11:40 dado término

ao ato cirurgico leve após
pte, intubação pte em

cominhal de a SRPA e leve
em observação.

As 12:00 pte em observação
leve após pte, intubação pte em

69

86 SpO2 96

cominhal de a SRPA e leve
em observação.

As 13:10 pte em observação
leve após pte, intubação pte em

cominhal de a SRPA e leve
em observação.

As 15:00 pte em observação
leve após pte, intubação pte em

cominhal de a SRPA e leve
em observação.

60

84 SpO2 96

19:10

Paciente em P.O. expulso, aerano-
tico sob efeito sedativo. em uso de 0.8 g/min

sob cateter nasal, Soro e monitorização. fis: laríngea

Encaminhado para o C. Cirurgico

Encontra-se em melhores 45 acompanhado da
família (mãe), consciente, orientado, respo-

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96

60

84 SpO2 96



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica.: Nº 014.523.289



ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc.Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

JOSE SOUZA SANTOS
CJ JOSE FRANCISCO NASCIMENTO S/N
RIBEIROPOLIS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/1028594-8

REFERÊNCIA

JUN/2019

APRESENTAÇÃO

17/06/2019

CONSUMO

56

VENCIMENTO

25/06/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 43,46

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 26/06/2019				
Pagador: JOSE SOUZA SANTOS CNPJ/CPF: 652.795.065-91				
CJ JOSE FRANCISCO NASCIMENTO S/N - CENTRO - RIBEIROPOLIS / SE - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930001373959	001028594201906	25/06/2019	R\$ 43,46	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA SERGIPE-DISTRIB.ENERGIA SA				13.017.462/0001-63
RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4				

SINISTRO 3180396311 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE SOUZA SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MBM SEGURADORA S/A #772

BENEFICIÁRIO JOSE SOUZA SANTOS

CPF/CNPJ: 65279506591

Posição em 04-07-2019 14:16:42

O pedido de reanálise do processo não foi concluído, pois não recebemos os documentos complementares solicitados na última correspondência. Como não identificamos, na documentação apresentada anteriormente, novas lesões ou agravamento da(s) sequela(s) já indenizada(s). O pedido de indenização foi finalizado, permanecendo o valor pago.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
14/09/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982000901

DATA:

05/07/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982000901

DATA:

23/07/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Despacho inicial. DPVAT. Citação para contestação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Ribeirópolis**

Nº Processo 201982000901 - Número Único: 0000899-54.2019.8.25.0068

Autor: JOSE SOUSA SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece ineficácia à marcação do ato.

2. Assim, cite-se o réu, para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC.

3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.

4. Reconheço o direito à justiça gratuita, porquanto a parte autora resta em conformidade com a exigência esculpida pelo regramento constitucional.

4. Após, volvam conclusos



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA CUNHA PAZ, Juiz(a) de Ribeirópolis**, em 23/07/2019, às 11:19:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001818101-28**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982000901

DATA:

29/07/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

AR nº 201982002885.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

RIBEIRÓPOLIS DA COMARCA DE RIBEIRÓPOLIS
Praça Manoel do Carmo de Jesus, Bairro Centro, Ribeirópolis/SE, CEP 49530000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201982000901

DATA:

30/07/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201982002885 do tipo (NCPC) - Carta de Citação e Intimação - Procedimento Comum - Tutela de urgência [TM4132,MD104]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Ribeirópolis
Praça Manoel do Carmo de Jesus, s/n
Bairro - Centro Cidade - Ribeirópolis
Cep - 49530000 Telefone - (79)3449-1310

Normal



201982002885

PROCESSO: 201982000901 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000899-54.2019.8.25.0068
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: JOSE SOUSA SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

A presente, extraída do processo acima identificado, vem **INTIMÁ-LO** sobre o teor da tutela de urgência concedida, bem como **CITÁ-LO** e intimá-lo para a audiência de conciliação ou de mediação na forma do art. 334 do CPC, para cumprir a referida tutela de urgência, no prazo assinado pelo Juízo, conforme decisão abaixo transcrita, bem como, querendo, apresentar defesa, advertindo-o(a) de que, não sendo a ação contestada na forma do art. 335, I, do CPC, presumir-se-ão como verdadeiros as alegações de fato formuladas pelo autor.

Decisão: DESPACHO 1. Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação, comungando da opinião do ilustre processualista Alexandre Freitas Câmara, Novo Processo Civil Brasileiro. Portanto, bastando, uma parte manifestar desinteresse falece ineficácia à marcação do ato. 2. Assim, cite-se o réu, para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC. 3. Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova. 4. Reconheço o direito à justiça gratuita, porquanto a parte autora resta em conformidade com a exigência esculpida pelo regramento constitucional. 4. Após, volvam conclusos

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, (5º Andar), 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - RJ - RJ

[TM4132, MD104]



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA MARIA DANTAS FONTES VIANNA**, **Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Ribeirópolis**, em 30/07/2019, às 12:05:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001890873-35**.